



Andes
ISSN: 0327-1676
ISSN: 1668-8090
andesrevistaha@gmail.com
Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y
Humanidades
Argentina

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E NA POLÍTICA ARGENTINA NOS ANOS DE 1950

Sanches Junior, Jefferson de Lara; Campos, Cristina de

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E NA POLÍTICA ARGENTINA NOS ANOS DE 1950

Andes, vol. 31, núm. 2, 2020

Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades, Argentina

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12765995004>

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA (INTA) E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E NA POLÍTICA ARGENTINA NOS ANOS DE 1950

LA FUNDACIÓN DEL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUARIA (INTA) Y LAS TRANSFORMACIONES EN EL AGRO Y EN LA POLÍTICA ARGENTINA EN LOS AÑOS DE 1950

THE FOUNDATION OF THE INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUARIA (INTA) AND THE CHANGES ON THE AGRICULTURAL AND ARGENTINIAN POLICY AT THE 1950'S

Andes, vol. 31, núm. 2, 2020

Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades, Argentina

Recepção: 22/05/2019
Aprovação: 28/09/2020

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12765995004>

Jefferson de Lara Sanches Junior
jeffersonsanches@rocketmail.com
Universidade Estadual de Campina, Brasil
Cristina de Campos crcampos@unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Resumo: A década de 1950 caracteriza-se por uma crise aguda de estagnação na agricultura argentina, cuja origem remonta à década de 1930. Como solução, propõe-se criar um instituto de pesquisa para a agricultura com o objetivo de se valer das medidas promovidas pela Revolução Verde, com foco na expansão do padrão tecnológico agrícola dos países do centro do capitalismo para as regiões menos desenvolvidas, bem como pesquisa e extensão rural ao produtor. Assim, em 1956 foi criado o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), instituição que em seu início foi pautada pelas ideias de recuperação econômica propostas pelo governo que se originou com o golpe que derrubou o presidente Juan Domingo Perón. Neste trabalho, propomos a análise e discussão das razões que levaram à fundação do INTA como reflexo das transformações promovidas ao longo de décadas no campo e na política argentina e que encontra na década de 1950 sua consolidação. Além disso, buscamos apresentar o desejo já existente no período analisado de construir uma narrativa do momento histórico e da memória que então queria ser erguida.

Palavras-chave: Revolução Verde, América Latina, História, Século XX, Agricultura.

Resumen: La década de 1950 ha sido un momento de aguda crisis de estancamiento del agro argentino, cuyo origen se encuentra en los años de 1930. Como salida, se propone la creación de un instituto de investigación agropecuaria con el objetivo de concentrar los temas propuestos por la Revolución Verde, centrados en la expansión de la norma tecnológica agrícola de los países del centro del capitalismo para las regiones menos desarrolladas, bien como investigaciones y extensión rural inmediata al productor. Así, en 1956 se creó el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), institución

orientada en su comienzo por las ideas de recuperación económica propuestas por el gobierno que sucedió al golpe que destituyó el presidente Juan Domingo Perón. En este trabajo, proponemos el análisis y discusión de los motivos que llevaron a la fundación del INTA como reflejo de las transformaciones generadas a lo largo de décadas en el campo y en la política argentina y que tienen en los años de 1950 su consolidación. Además, intentamos presentar la preocupación existente de la construcción de una narrativa del momento histórico y de la memoria que entonces se deseaba erigir.

Palabras clave: Revolución Verde, América Latina, Historia, Siglo XX, Agricultura.

Abstract: The 1950s are known as a moment of a deep stagnation crisis in Argentinian agriculture, which originated in the 1930s. To overcome this situation, one of the main proposals was the creation of an agricultural research institute which laid down its functioning on Green Revolution, centered both at the expansion of the agriculture technology standards from the capitalist countries to the periphery, and research into agricultural extension towards to producer. Thus, the *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)* was created in 1956, an institution oriented in its beginnings by the ideas of economic recovery proposed by the government that followed the coup d'état that removed President Juan Domingo Perón from office. On this paper, we propose an analysis and discussion about the causes underlying the founding of *INTA* as a reflection on the transformations generated over decades in the Argentine countryside and in politics, consolidated in the 1950s. In addition to this, we present the existing concern about the construction of a narrative of both, the historical moment and the memory they wanted to evoke from it.

Keywords: Green Revolution, Latin America, History, 20th Century, Agriculture.

Introdução

Assim como em toda a América Latina e enquanto reflexo da região na divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, a agropecuária sempre ocupou uma posição de destaque na história argentina. Os rumos políticos e econômicos, bem como a organização social do país, possuem estreitas relações com o campo desde o período pós-independência. Do setor saíram presidentes e ministros que ditaram os rumos da nação. O país recebeu estrangeiros no maior processo de migração do homem na história do mundo contemporâneo, entre finais do século XIX e início do XX, majoritariamente europeus que viam no imenso hinterland argentino a oportunidade de recomeço no continente americano por meio do trabalho no campo, cujos filhos e herdeiros ocupariam as fábricas das grandes cidades, formando uma nova classe, urbana e industrial, mas que ainda conservaria consigo os traços do campo e as relações construídas ao longo de gerações.

Ao mesmo tempo, de forma distinta ao ocorrido nos demais países latino-americanos, a agricultura foi capaz de, além de enriquecer a uma elite cuja razão de ser repousava na posse da terra, promover o desenvolvimento econômico entre fins do século XIX e início do século XX baseado na exportação de carnes e grãos, fato este que concedeu a Argentina o título de “canasta de pan del mundo” e que permitiu com que a fome e miséria não se colocassem enquanto infeliz realidade de sua população, assim como o era em muitos de seus vizinhos continentais. Muito pelo contrário, ao iniciar o século passado a Argentina gozava de uma situação que a despontava enquanto a principal nação da América Latina e que a colocava *pari passu* a situação presenciada por muitos

países do centro capitalista. O país então se avizinhava do “concerto das nações”, sendo questão de tempo para a sua consolidação no bloco dos países considerados desenvolvidos na economia capitalista. Parte disso se dava sob o guarda-chuva britânico, senhora do mundo de então e a principal aliada comercial da Argentina, destino certo de parte considerável das carnes e do trigo produzido nos pampas e origem de muitos dos manufaturados que abasteciam a economia desse país^[1].

Essa situação se manteve até a década de 1930, momento em que o mundo se vê obrigado a lidar com os impactos do crack de Wall Street, ocorrido em outubro de 1929. Os efeitos da crise se fizeram sentir de forma duradoura nas economias agrário-exportadoras que, frente a dependência de um pequeno grupo de produtos destinados à exportação, assistiram a uma forte deterioração nas relações de trocas com os países de economia industrial, notadamente EUA e Europa Ocidental. Aliado a isso, inicia-se no setor agrícola argentino, particularmente o grão-cerealífero, um processo de estagnação de sua produção, com constantes perdas nos números absolutos das colheitas bem como em sua produtividade, provocado pelo esgotamento da fronteira agrícola e no atraso em se adotar práticas de cultivo e planteio pautadas na ciência e tecnologia e que provocavam o avanço da produção dos países concorrentes. O problema atinge o seu clímax nos anos de 1950, onde as perdas agrícolas cada vez mais visíveis se aliam a um cenário político interno conturbado.

Como saída para esse quadro, propõe-se a criação de um instituto de pesquisa para a agropecuária capaz de canalizar os esforços provenientes da Revolução Verde, evento caracterizado pela expansão do padrão tecnológico agrícola dos países do centro do capitalismo para regiões menos desenvolvidas, a produção e difusão de sementes melhoradas e técnicas agrícolas com vistas ao incremento da produtividade, além de promover pesquisa e extensão rural para que o produtor tivesse acesso imediato a tais iniciativas. Enquanto processo, a Revolução Verde tem como marco as iniciativas promovidas pela Fundação Rockefeller em parceria com o governo mexicano com a finalidade de organizar um programa de assistência técnica para o setor agrícola, experiência a qual marca o início do processo que culminaria com o desenvolvimento de novas variedades de trigo e milho, que servirá de condicionante fundamental na formação dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia para a agropecuária em países como a Argentina^[2]. Em 1954, foram lançadas as sementes de trigo de variedade anã, também conhecido como “trigo milagroso” por sua elevada produtividade, desenvolvidas por Norman Borlaug, pesquisador da Fundação Rockefeller, considerado como um dos “pais” da Revolução Verde e prêmio Nobel da Paz em 1970.

O sucesso dessa iniciativa atraiu a atenção de outros entes filantrópicos para a arena da pesquisa agrícola, como a Fundação Ford. A partir de então, o desenvolvimento da agricultura, por meio do uso da ciência e tecnologia, passava a ocupar a arena das relações internacionais, influenciando diretamente no início de projetos semelhantes em outros países ao longo da década de 1950, como Colômbia, Chile, Equador,

Peru e Índia ^[3]. Para além das instituições, devemos destacar que a ação das fundações filantrópicas na ocorrência da Revolução Verde terá como fruto a consolidação de um modelo institucional pautado pela ação independente e descentralizada, autonomia financeira e orientação na eficiência dos resultados da pesquisa, conhecido como “filosofia Hill-Harrar”, termo em alusão a George Harrar e Forrest Hill, próceres da Fundação Rockefeller e Fundação Ford e responsáveis pelo comando das iniciativas realizadas na América e Ásia ao longos dos anos de 1940 e 1950. Para além da filantropia, tal modelo servirá de base para o desenvolvimento de iniciativas nacionais e a fundação de organismos de pesquisa agrícola na periferia capitalista, dentre os quais o INTA ^[4].

Destarte, em 1956 criava-se o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), instituição que seguia as premissas de recuperação econômica iniciadas com o golpe civil-militar que resultou na destituição do então presidente Juan Domingo Perón de seu mandato constitucional, autodenominado Revolución Libertadora, mas que também compõe um cenário mais amplo, de formação de uma rede de instituições em ciência e tecnologia como a Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA), Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTIL), Consejo Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICET), momento este que contempla o período que Mario Albornoz define como a época de ouro da ciência argentina ^[5]. A instituição foi objeto de vasta e consagrada produção bibliográfica, dedicada a analisa-la em diversos momentos de sua existência, sob critérios teórico-metodológicos distintos e contemplando abordagens que se estendem desde a economia da inovação, passando pela sociologia rural e história política, econômica e da ciência e tecnologia argentina ^[6]. Frente a amplitude das análises dedicadas ao organismo, julgamos que, para além da introdução de uma nova temática, poderíamos também contribuir com a análise através de fontes documentais e metodologias ainda pouco exploradas. Neste trabalho, propõe-se a análise e discussão das causas que levaram a criação do INTA como reflexo das transformações gestadas ao longo de décadas no campo e na política argentina e que encontraram nos anos de 1950 o momento de sua materialização.

Para isso, partimos da leitura de autores que discutiram não somente a fundação da instituição em si, mas aqueles que se dedicaram a análise das causas que levaram a isso, contemplando parte do grande repertório de obras dedicadas ao assunto. Ademais e enquanto principal contribuição de nossa análise, nos valem de boletins e relatórios expedidos pelo INTA e governo argentino pouco ou ainda não utilizados nos trabalhos já produzidos, como a *Gaceta del INTA*, instrumento de comunicação das decisões adotadas pela direção do instituto, com informações pormenorizadas que abrangiam desde editais para a escolha de técnicos e pesquisadores até a oferta de bolsas de estudo em pós-graduação. Além disso, incluímos em nosso trabalho o exame das páginas de jornais sediados em Buenos Aires e de alcance nacional, como o *El Mundo*, *Clarín*, *La Nación*, *La Razón*, *La Prensa*. A eleição desses periódicos como fonte de pesquisa se justifica não somente pelo fato de

representarem o alcance e impacto da fundação do INTA ante a opinião pública, mas também por permitirem a observação mais aproximada de como a narrativa jornalística observou o fato para além da notícia, buscando erigir a memória política do evento em detrimento de fatos passados.

O texto foi dividido com o fito de facilitar a demonstração dos resultados. Dessa forma, iniciamos com a apresentação dos motivos que levaram a estagnação da produção agrícola enquanto um processo que envolve a ocorrência de motivos relacionados exclusivamente à realidade argentina a outros cuja precisa compreensão nos leva a um olhar ao contexto internacional dos anos de 1930 e pós-II Guerra Mundial, um contexto marcado por mudanças que encampam desde mudanças relacionadas a base produtiva à transição da hegemonia britânica para a estadunidense. A segunda parte dedica-se a análise da fundação do instituto e seus vínculos com as transformações políticas ocorridas então, notadamente ao golpe que pôs fim ao governo constitucional de Juan Domingo Perón, revelando que para além de uma suposta unanimidade, a nova instituição enfrentaria a resistência daqueles que almejavam ocupar a cadeira presidencial. O momento seguinte dedica-se a análise da repercussão da fundação do INTA nos diários supracitados com a finalidade de avaliar o impacto do evento da narrativa jornalística e de constatar a memória política que buscava-se erigir então, indicando a criação do organismo não somente como uma inovação institucional, mas o marco entre um período que se deixava para trás e outro que então se iniciava. Ao fim, comentários de conclusão ^[7].

Estagnação da produção agrícola e transformações políticas: antecedentes à criação do INTA

Em diversos aspectos, a década de 1930 representou uma nova reordenação para a agricultura argentina. A partir desse momento, o Estado passou a desempenhar um papel fundamental no processo de acumulação de capital através de sua presença na produção de bens e serviços, na gestão monetária, fiscal e no mercado de trabalho por meio da criação de uma legislação trabalhista. Ademais, assiste-se a uma tendência mais favorável à indústria e ao surgimento de instituições destinadas a regular o desenvolvimento econômico. O ordenamento político foi interrompido com a destituição de Hipólito Yrigoyen e a ascensão do general José Felix Uriburu, que permanece no poder até 1932. A partir daí a aristocracia rural volta ao poder através de um governo de coalizão, período que ficou conhecido por Concordancia ^[8].

A partir desse momento, constata-se um lento e contínuo processo de estagnação da economia argentina frente a seus concorrentes no mercado internacional. Até os anos de 1970, o produto interno bruto per capita sofre significativa queda quando comparado com países que haviam estado em situação de paridade, como Noruega, Suécia e Japão, o que em parte se explica pelo declínio de sua produção agrícola ^[9].

Nesse momento, iniciam-se transformações na organização da produção mundial de insumos e alimentos provocadas pela inserção de novos equipamentos, melhorias na aplicação de fertilizantes, popularização do uso de sementes híbridas, plantas de alto rendimento e resistentes a pragas e pelo aperfeiçoamento de técnicas de produção, o que contribuiu decisivamente para a melhoria substancial da produtividade. Nota-se a partir daí o surgimento de uma lacuna entre a Argentina e países como EUA, Canadá e Austrália, no que diz respeito ao uso de tecnologia no campo, caracterizada pela ausência de políticas estatais de longo prazo para a conformação de uma política de ciência e tecnologia, pela lenta melhora no sistema de transportes e pela debilidade da indústria de maquinaria agrícola, dependente de insumos estrangeiros^[10].

Essa situação se agudiza nos anos de 1950, década que marca o ápice da estagnação na produção pampeana^[11], região que concentra a maior parte dos cultivos voltados para a exportação, notadamente carnes e grãos. Como se pode aferir por meio da avaliação dos dados contidos no Quadro 1, o valor total proveniente das exportações declina significativamente desde 1925 e atinge um ponto limite no quinquênio compreendido entre 1950 e 1954, com uma arrecadação de menos de 60% do valor obtido entre 1925-29, ao passo que há a manutenção da participação do setor agropecuário no conjunto da economia, com exceção dos anos de 1940. A partir de 1930, o crescimento da produção, outrora garantido pela expansão da fronteira agrícola, encontrava o seu limite diante do esgotamento de terras cultiváveis. Ademais, constata-se também a formação de uma lacuna tecnológica frente aos países concorrentes, que se valiam da aplicação de inovações tecnológicas no campo e aprimoramento do cultivo para a expansão da produção e da produtividade, fato que influenciava decisivamente a diminuição da participação argentina no mercado agropecuário mundial^[12].

Quadro 1

Valor das exportações e participação do setor agropecuário no total de exportações (1925-1957)

Período	Exportações totais*	% das exportações agropecuárias no total
1925-1929	1.582,7	95%
1930-1934	1.481	95,6%
1935-1939	1479,4	94,7%
1940-1944	1.192,5	86,5%
1945-1949	1.180,1	89,8%
1950-1954	937,1	93%
1955-1957	1.047,7	92,7%

Fonte: Adaptado de Sabato, Jorge F. 1980, Ob. Cit. p. 14, 1980, apud CEPAL, 1959.

* Em milhões de dólares de 1950

A crise produtiva foi agravada pelo descompasso entre produção e crescimento da população, com peso maior para o último, contribuindo assim para o aumento da inflação, do custo de vida – especialmente nos grandes centros, como Buenos Aires – e para o avanço do descontentamento popular e instabilidade política. Em suma, a

agricultura argentina encontrava-se, nos anos de 1950, com sua produção estagnada ou em declínio em comparação com períodos anteriores (QUADRO 2). A exceção se faz ao trigo produção que, todavia, estava tecnologicamente defasada e severamente impactada por uma estiagem ocorrida entre 1949 e 1951, servindo enquanto fator definitivo para a desestabilização da produção na região pampeana.

Quadro 2

Produtividade de cereais e oleaginosas (ton/ha) 1930-1954.

Período	Trigo	Aveia	Cevada	Centeio	Linho	Girassol	Milho
1930-1934	877	1.154	1.149	593	684	683	1.864
1935-1939	958	943	948	564	654	834	1.752
1940-1944	1.091	922	1.170	686	655	923	1.913
1945-1949	1.103	1.071	1.225	577	633	738	1.750
1950-1954	1.123	1.187	1.209	688	695	723	1.444

Fonte: Adaptado de Lopez, 2000, Ob. Cit. p. 167.

Este cenário também levou a um acentuado declínio da participação dos principais produtos do campo argentino frente ao total exportado em todo o mundo, como aponta o Quadro 3.

Quadro 3

Participação percentual argentina no comércio mundial de trigo, milho, linho, lã e carne (1934-1958).

Produto	1934-1938	1945-1949	1950-1954	1955-1958
Milho	64%	43%	21%	14,5%
Trigo*	19,3%	8,7%	8,6%	9,6%
Linho*	67,6%	30,5%	43,5%	26,6%
Lã	11,7%	14%	10%	8,6%
Carne*	39,7%	35%	18,9%	29,9%

Fonte: Adaptado de Argentina, Consejo Nacional de Desarrollo. El sector agropecuario frente a la expansión económica. Buenos Aires, p. II-24, 1962.

* Trigo semente e farinha Linho óleo e semente Carne bovina ovina e suína

Fonte: Adaptado de Argentina, Consejo Nacional de Desarrollo. El sector agropecuario frente a la expansión económica. Buenos Aires, p. II-24, 1962.

Aliado a isso, podemos elencar o boicote sofrido pela Argentina por parte dos EUA entre os anos de 1942 e 1949 como mais um fator agravante que abalou a economia e atingiu em cheio o setor agrário-exportador. Vincula-se essa decisão a leitura feita por estadunidenses em relação a Argentina no período, considerando-a de tendência pró-Eixo, além de sua resistência em compor o quadro latino-americano de apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Contudo, devemos também salientar a rivalidade existente entre os países americanos, a passagem da hegemonia britânica (histórico parceiro comercial e diplomático dos argentinos) para os Estados Unidos da América, e o choque de correntes nacionalistas em auge no país. Une-se a isso o sugestivo fato representado pelo apoio dado ao boicote por figurões da política norte-americana, como Cornell Hull, secretário de Estado e ligado aos interesses do

Farm Block (coalizão de latifundiários estadunidenses), e Henry Wallace, ministro da Agricultura e futuro vice-presidente, responsável por uma das medidas mais radicais, o congelamento de fundos argentinos existentes nos EUA. A ação de ambos pode ser interpretada como uma tentativa de enfraquecer um concorrente direto no abastecimento dos mercados europeus no pós-guerra^[13].

O objetivo da ação era o de privar o país sul-americano de elementos vitais para a sua economia, muitos dos quais eram provisionados exclusivamente pelos estadunidenses durante o conflito. O boicote influenciou significativamente no declínio da participação argentina no mercado mundial agrícola e de sua produção ao limitar a entrada de insumos fundamentais, como combustíveis, ferro, aço e borracha, agravado pelo fato de que as deliberações do bloqueio se estendiam aos aliados dos Estados Unidos. Além disso, foram negadas licenças para exportação de máquinas, peças de reposição e material para as linhas férreas, produtos químicos, equipamentos para a extração de petróleo, ferro e carvão para a Argentina, buscando, com isso, aumentar a já vulnerável situação do país. Os EUA ainda coagiram os demais países latino-americanos para que limitassem as trocas comerciais e pressionaram o Reino Unido, até então o principal parceiro econômico, a refrear consideravelmente suas exportações ao país, cogitando-se, inclusive, um embargo total na relação entre ambos. Todavia, essa medida foi negada pelos britânicos, temendo uma interferência no abastecimento de carnes. Mesmo assim, logrou-se limitar os contratos de longo prazo entre os britânicos e argentinos^[14].

No aspecto político-eleitoral, a chegada de Juan Domingo Perón representa o surgimento de um novo período político e econômico para a Argentina. A partir desse momento, verifica-se o fortalecimento da participação estatal na economia, caracterizado pela intensificação do processo de industrialização baseado em substituição de importações e pela formação de uma classe operária sindicalizada capaz de formar uma base de sustentação do novo regime político. Para isso, instituiu-se uma legislação trabalhista e social e uma política de valorização do salário mínimo, prenunciando uma estratégia de crescimento baseada no mercado interno, frente às restrições impostas pelo bloqueio econômico. A crescente centralização econômica ficou evidenciada na Constituição de 1949, que reservou ao Estado argentino a absoluta responsabilidade na prestação de serviços públicos e declarou a posse inalienável sobre os recursos minerais da nação^[15].

Parte importante do programa de Perón consistia na transferência de recursos da agricultura para a indústria por meio de uma política cambial que favorecesse a entrada de insumos e materiais para o setor industrial após a extinção do boicote econômico. Mesmo ainda se mantendo forte e influente, a elite estanciera^[16] já não gozava da mesma capacidade de agir decisivamente nos rumos da economia argentina em prol de seus interesses, como haviam feito desde meados do século XIX. A orientação em prol da indústria adotada era incompatível com a existência simultânea de um modelo de produção agropecuária relacionada a uma

elite vinculada à hegemonia britânica^[17]. Em um primeiro momento, o grupo político que tomou o poder com a derrocada de Ramon Castillo, em 1943, e consolidado com a eleição de Perón, três anos depois, tomou medidas em direção a uma maior intervenção na política de comercialização da produção agrícola e transferência dos ganhos obtidos para o processo de industrialização. O objetivo principal era desvincular o setor agrícola de sua orientação ao mercado externo e direcioná-lo ao abastecimento interno de alimentos e matérias-primas, fazendo com que, ao longo do tempo, as exportações advindas da produção primária pampeana fossem substituídas pela indústria^[18]. A formação do Instituto Argentino para La Promoción del Intercambio (IAPI), em 1946, foi uma ação voltada a colocar essa ideia em prática ao conceder ao Estado o controle das exportações argentinas por meio da Junta Nacional de Granos, do Instituto Nacional de Carnes e do Instituto Nacional de Elevadores de Granos, com vistas a ocupar o espaço das firmas exportadoras. O IAPI fixava um preço a ser pago aos produtores, adquiria a produção e a revendia a preços mais elevados de mercado. O lucro da transação era dirigido para o financiamento do I Plan Quinquenal, vigente entre 1947 e 1951, e com medidas orientadas a alavancar a industrialização^[19].

Contudo, a crise que afeta a economia argentina entre o fim dos anos de 1940 e início de 1950 faz com que a postura frente à agricultura seja revista. O esgotamento das reservas internacionais obtidas nos anos de guerra, a estagnação da produção agrícola da região pampeana, a consequente inviabilidade em atender à crescente demanda interna e, ao mesmo tempo, produzir excedentes exportáveis (fato este que interferia decisivamente na capacidade de importação de bens de capital para a indústria nacional), o aumento da dívida externa, o embargo internacional promovido pelos EUA e Reino Unido, a recuperação da produção agrícola de países concorrentes e a queda dos preços no mercado internacional forçam um redirecionamento da política econômica para a agropecuária.

Com a industrialização em curso, a intensificação do processo de urbanização e a consequente queda da quantidade de braços na agricultura, o crescimento da produtividade do trabalho no campo através de maquinário se apresentava como algo imprescindível. A importação de tratores, que havia sido por volta de 2 mil unidades por ano na década de 1920 e na segunda metade de 1930, caiu consideravelmente no período de guerra, chegando ao ponto de não se importar nenhum entre 1943 e 1945. O número total dessas máquinas declinou de 20,5 mil, no período de 1937 a 1939, para 10,4 mil, em 1946 a 1948. Em 1948, estimava-se a necessidade de 80 mil arados, 60 mil rastelos, 10 mil colheitadeiras, 8 mil respigadoras e 8 mil tratores. Destarte, a mecanização apresentava-se como condição fundamental para a recuperação dos níveis produtivos de outrora^[20].

A política adotada em incentivo à mecanização atuava por meio de medidas protecionistas à indústria nacional – restringindo a concorrência estrangeira e limitando a quantidade de empresas no mercado – e do

estímulo à demanda através de linhas de crédito e redução de impostos que permitissem o barateamento dos implementos. Em 1948, criou-se no Congresso uma comissão de mecanização agrícola; em 1951, foi assinado um decreto que declarava ser de interesse nacional a indústria automotiva, estimulando a importação de matérias-primas e de equipamento para a produção nacional. No ano seguinte, o Estado criou a primeira fábrica de tratores do país; em 1954 e 1955, as empresas Dentz, Fahr, Fiat Someca e Hanomag venceram licitação pública para a instalação de montadoras no país, consumado em 1957. O fomento à mecanização da lavoura permitia a maior eficiência da mão de obra e também facilitava a maior inserção de sementes melhoradas e seu pleno desenvolvimento^[21].

Em relação à assistência técnica e pesquisa agropecuária, constata-se a ação do governo desde 1943, quando iniciou um processo de reestruturação do Ministério da Agricultura. Em 1945, criou-se um centro de pesquisa em Castelar, com a finalidade de agrupar as investigações agropecuárias em um mesmo ambiente, além de três institutos – Instituto de Suelos, Instituto de Microbiologia e Instituto de Fitotecnia –, todos vinculados à organização do ministério e que, posteriormente, irão compor a estrutura do INTA. A partir de 1947, frente ao aprofundamento dos problemas existentes na agricultura argentina relacionado à queda da produção e da produtividade que atingiam a região pampeana, fez-se necessário ampliar o conhecimento sobre os ecossistemas existentes no país para, além de recuperar a produção, poder estender o seu fomento também no resto do país. Como forma de organizar os esforços, iniciou-se uma série de mudanças institucionais no corpo técnico ministerial, a começar pela nomeação do agrônomo Rafael Garcia Mata como diretor-geral de pesquisa. Em 1948, surgiu o Informativo de Investigaciones Agrícolas (IDIA), publicação seriada com a finalidade de divulgar as pesquisas realizadas no setor^[22].

A situação política argentina se altera significativamente em setembro de 1955, quando um golpe civil-militar autodenominado “Revolución Libertadora” põe fim ao governo constitucional de Juan Domingo Perón. De início, o novo governo adotou um tom conciliador, refletido na frase “ni vencedores, ni vencidos”, pronunciada pelo novo presidente, general Eduardo Lonardi. Essa postura conciliatória caiu por terra em novembro do mesmo ano, após a chegada à presidência do também militar general Pedro Eugênio Aramburu, que imediatamente adotou uma conduta eminentemente combativa à herança de Perón refletido em uma intervenção realizada na Confederación General Del Trabajo (CGT) e a revogação da Constituição de 1949. No campo da economia, houve um direcionamento ao liberalismo econômico e diminuição da ação estatal, com a adoção de novas práticas preconizadas por órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão vinculado à ONU^[23].

Neste panorama, ressaltam-se as recomendações feitas pelo economista argentino Raul Prebisch^[24], então diretor da CEPAL, no conjunto de ações conhecido como “PlanPrebisch”, programa cuja finalidade foi

o de propor políticas públicas e ação governamental que destravaria o desenvolvimento econômico argentino segundo seus formuladores. Prebisch foi convidado a elaborar um plano econômico para o momento que se iniciava, buscando adaptar as ideias cepalinas ao contexto argentino, dividindo-se em ações imediatas e outras mais abrangentes e estruturais. O plano tinha como uma de suas premissas básicas favorecer a produção rural, expandir as exportações e, assim, gerar as divisas necessárias para a importação de bens de capital e incremento da industrialização. Além disso, constatou a existência de práticas de manejo do solo e procedimentos de cultivo deficientes, e que o modelo tecnológico para a agricultura pampeana estava esgotado. Para a sua resolução, Prebisch recomendou a criação de um organismo estatal capaz de ofertar tecnologia adequada para o setor agrícola, com o objetivo de recolocá-lo em níveis de paridade frente ao mercado internacional^[25].

O relatório encontrou simpatizantes dentro do Ministério da Agricultura, principalmente na figura do ministro Alberto Mercier, que delegou a seu secretário, Carlos López Saubidet, a responsabilidade de organizar uma comissão para a elaboração de um projeto para o instituto, composta pelo diretor-geral de pesquisa em pecuária, José Maria Quevedo; Ubaldo Garcia, diretor-geral de pesquisa agrícola; e Norberto Reichart, diretor de fomento agrícola, todos agrônomos e vinculados ao quadro de profissionais do ministério. Nos debates realizados, as opiniões quanto ao tipo de organização institucional orbitaram entre a adoção de um modelo descentralizado, tendo por base o sistema dos landgrant colleges norte-americanos, e uma estrutura centralista, baseada em experiências francesas, com o Estado financiando os organismos de pesquisa já existentes^[26].

O período de discussão em torno das propostas para o desenho da instituição contou com objeções realizadas pelo meio acadêmico, especialmente as realizadas pela Faculdade de Agronomia e Veterinária da UBA, descritas no documento “Análisis del proyecto preparado por El Ministerio de Agricultura y Ganadería de la Nación para La creación del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria”. Nele, havia a exposição de supostos equívocos do processo, como a ausência de debates mais abrangentes, a consulta insuficiente sobre a opinião dos institutos provinciais de pesquisa, universidades, entidades privadas de pesquisa e produtores. Questionava-se, também, o planejamento para a criação de estações experimentais, de laboratórios e do serviço de extensão, trabalho de longo prazo e que dificilmente atenderia às demandas circunstanciais. Viam no modelo proposto pelo INTA como algo monopolizador da pesquisa, o que levaria à marginalização dos demais institutos. Como alternativa, propunha-se a criação de um conselho nacional de pesquisa agropecuária, com o objetivo de financiar a expansão da pesquisa no âmbito ministerial e nas demais instituições de pesquisa do país^[27].

Fundação e organização do INTA: autonomia e consolidação da nova estrutura

Por meio do Decreto-Lei de nº 21.680, de 4 de dezembro de 1956, criou-se o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). O texto da lei definia como objetivo “*impulsar y vigorizar el desarrollo de La investigación y extensión agropecuarias y acelerar com los beneficios de estas funciones fundamentales La tecnificación y El mejoramiento de la empresa agraria y de la vida rural*”, devendo para isso organizar e estimular a pesquisa sobre recursos naturais e técnica de produção, conservação e transformação primária de produtos, experimentação, extensão agrária mediante a assistência técnica e cultural do produtor, de sua família e da comunidade que integra, além de ações de fomento para a aplicação e difusão das pesquisas e experimentos realizados. O novo instituto constituía-se como um órgão autárquico, subordinado ao então Ministerio de Agricultura y Ganadería e atrelado às linhas estabelecidas pelo Poder Ejecutivo da Nação, ficando isento de qualquer responsabilidade com atividades de inspeção e controle da produção^[28]. De acordo com o primeiro Boletín Informativo (1959), publicação responsável por reunir a memória técnica da instituição, constituíam-se como principais características do INTA:

a) integración armónica y contacto estrecho entre la experimentación encargada de hallar soluciones a los problemas y la extensión que deberá llevar las soluciones halladas a conocimiento de los productores; b) autarquía administrativa que asegura agilidad de trámite; c) autarquía financiera que garantiza disponibilidad permanente de los fondos necesarios, y d) descentralización que refuerza la anteriormente mencionada agilidad de los trámites e impide la formación de un estéril organismo burocrático^[29].

O instituto foi organizado e dividido em uma Direção-Geral, no Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária, Centros Regionais e em um Conselho Diretivo. A Direção-Geral instituía-se no órgão executivo, composto por um diretor-geral –obrigatoriamente argentino, agrônomo ou médico-veterinário–, um diretor administrativo e diretores-assistentes destinados a cada setor, sendo todos nomeados pelo Conselho Diretivo. Ficaria a cargo da Direção-Geral elaborar os planos de ação e metas, atuar como linha auxiliar ao Conselho Diretivo, cumprindo suas resoluções e prestando-lhe conta de sua atividade, e coordenar as atividades técnico-administrativas da organização^[30].

Já o Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias constituía-se no setor puramente técnico, o motor da atividade de pesquisa básica institucional e responsável pela criação de planos de investigação sobre os problemas que afetavam a agricultura nacional. Era composto por institutos integrados entre si, de mesma representatividade organizacional dos centros regionais de pesquisa. Já estes funcionaram nas estações experimentais^[31], ficando a cargo de problemas existentes em sua área de atuação e dos programas de extensão ali desenvolvidos, e agindo em colaboração com as faculdades de agronomia e medicina veterinária na construção de planos

de trabalho. Ao diretor do Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias e dos centros regionais ficaria a responsabilidade de coordenar as pesquisas realizadas de acordo com as premissas definidas pelo Conselho Diretivo, a estrutura inovadora e mais poderosa no modelo de organização do INTA

Os diretores geral, administrativo e assistente compunham o Conselho Diretivo, mas sem direito a voto. Ao conselho caberia um conjunto abrangente de ações, como avaliar as proposições da Direção-Geral, organizar os serviços e atividades do organismo, administrar os recursos humanos – cabendo a ele a sua nomeação, promoção e demissão, bem como a contratação de profissionais argentinos e estrangeiros –, firmar convênios e parcerias com a finalidade de promover a pesquisa e extensão agropecuária, elaborar e cuidar do orçamento da instituição, cuja principal fonte provinha do recém-criado Fondo Nacional de Tecnologia Agropecuaria, cabendo ao mesmo conselho a sua administração^[32].

Além do Conselho Diretivo, o Fondo Nacional de Tecnologia Agropecuaria foi outra estrutura organizacional inovadora instituída no texto da lei de criação do INTA, que atribuía a ele “(...) *el fin de financiar planes de investigaciones, extensión y fomento propuestos por las facultades de agronomía o veterinária de las distintas universidades, sociedades de productores u otras entidades públicas o privadas*”^[33]. O fundo seria administrado por uma comissão formada por nove pessoas e as verbas para a sua composição e financiamento do INTA teriam como fonte principal um imposto de 1,5% sobre toda a exportação agropecuária argentina, além de eventuais doações e outras receitas^[34].

Por fim, outra marca distintiva da instituição seria a autonomia administrativa e a descentralização de suas atividades, destacadas no artigo 15 da lei de criação:

El Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria tendrá plena capacidad jurídica para contratar y para administrar toda clase de bienes, para demandar y comparecer en juicio y, en general, para realizar todo acto jurídico que en el cumplimiento de sus fines sea necesario, como así también para llevar a cabo todas las operaciones de compra-venta, arrendamiento, locaciones, etc., de bienes inherentes a sus actividades, debiendo establecerse en la reglamentación del presente cuerpo legal el procedimiento, los montos y las facultades jurisdiccionales del régimen de contrataciones. El presidente del Consejo Directivo tendrá la representación administrativa legal del instituto^[35].

As atribuições descritas no artigo da lei permitiram ao INTA e sua administração a adoção de medidas que considerassem pertinentes à plena ocorrência de suas funções, sem a dependência em relação a instâncias superiores ou de dotações orçamentárias intermediadas pelo Congresso Nacional. Em suma, os aspectos básicos do novo instituto seriam a descentralização executiva, a vinculação obrigatória da pesquisa e a experimentação com a extensão rural, coordenação da ação governamental com foco na construção de uma política única de tecnologia agropecuária em todo o país, participação do setor privado na orientação, desenvolvimento e promoção de novas tecnologias, além de autonomia financeira e administrativa^[36].

O seu modelo institucional baseou-se na percepção de que havia uma gama considerável de tecnologias disponíveis de que o país poderia se

valer e que a sua incorporação se constituía em um elemento central do desenvolvimento agropecuário. Em uma primeira etapa, uma das principais tarefas a serem realizadas pelo INTA seria elaborar um corpo de recomendações sobre técnicas agronômicas que pudesse ser difundido rapidamente entre os produtores e fortalecer o quadro de técnicos por meio de qualificação, medida que contou com a participação do sistema universitário. Em princípio, os produtores manifestaram pouco interesse em colaborar com o INTA, havendo pouca abertura para a ciência e tecnologia em seus planos de ação. A Sociedad Rural Argentina, principal aglutinadora dos interesses estancieros, se opôs à decisão de compor o fundo de recursos para o financiamento do INTA através do imposto de 1,5% sobre o total das exportações agropecuárias, por entenderem que a ação estatal deveria focar em medidas macroeconômicas para o campo, como garantia de preços mínimos e manutenção de uma taxa cambial favorável às exportações, ao invés de transferir parte da renda obtida com a produção para a atividade de pesquisa agropecuária^[37].

Após a promulgação da lei, fazia-se necessária uma rápida organização do novo organismo. Cogitava-se a transição política e a realização de eleições diretas para a presidência, convocadas em meados de 1957 para serem realizadas no próximo ano. Entretanto, havia por parte dos técnicos do INTA o temor de que a mudança na presidência da República provocasse reviravolta tamanha que levasse ao desmonte precoce do organismo. O temor era real, visto que Arturo Frondizi, candidato da Unión Cívica Radical Intransigente e que terminou por vencer o pleito, se opunha à fundação do instituto por considerá-la mais uma estrutura burocrática. A única saída era uma ampla estruturação institucional, a ponto de inviabilizar um futuro desmonte. Destarte, o início da instituição, além de representar um período natural de organização – como ocorreria com qualquer estrutura dessa natureza –, ficou marcado pela urgência na construção de núcleo que a tornasse imprescindível e irrevogável^[38].

O Decreto nº 4.664, de 6 de maio de 1957, regulamentava definitivamente o instituto. Passados cinco meses, o INTA iniciou suas atividades de forma permanente, sendo que os meses posteriores ainda foram dedicados quase que totalmente ao seu arranjo. As primeiras resoluções do Conselho Diretivo foram sancionadas em setembro de 1957 – até então a instituição ainda não havia definido os ocupantes da diretoria-geral e demais diretorias-assistentes, conforme a lei de criação. Por meio da Resolução nº 4, de 4 de setembro de 1957, convocou-se oficialmente concurso para o provimento dos cargos de diretor-geral e diretores-assistentes para os setores de pesquisa agrícola, pesquisa pecuária e extensão rural, sendo indispensável aos postulantes do cargo o título de agrônomo ou médico-veterinário e a comprovação de no mínimo quinze anos de experiência no setor^[39] ^[40]. No mesmo mês, o Decreto nº 11.931 regulamentou o fundo de financiamento do instituto, estabelecendo as formas de arrecadação da taxa de 1,5% sobre a produção exportada. Paralelo a isso, por meio da Resolução nº 1752, o Ministério da Agricultura determinou os produtos agropecuários nos quais incidiria

o imposto ad valorem. Nele contavam toda a espécie de animais vivos para abate ou reprodução, carnes frescas, congeladas ou industrialmente processadas, ovos, lãs, couros, laticínios, subprodutos em geral (como chifres, farinha de osso e sangue), cereais e farinhas derivadas, oleaginosas e óleo processado, frutas frescas, sementes, erva-mate, produtos florestais (como lenha e carvão), e todo fruto de caça, pesca e seus derivados.

No que tange aos recursos humanos, houve um contínuo processo de contratação de técnicos e pesquisadores para o preenchimento de quadros do instituto. Em novembro e dezembro de 1957, convocou-se concurso para diversas vagas no Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias de Castelar, centros regionais, estações experimentais, serviços de extensão e administrativo. Os editais definiam que os postulantes às vagas deveriam completar um formulário específico nas estações experimentais regionais ou na sede em Buenos Aires, indicando a experiência acumulada, o cargo pretendido e a localidade em que desejariam trabalhar. A aprovação se daria exclusivamente pela análise curricular do candidato. Enfatizava-se o fato de que os candidatos deveriam possuir – obrigatoriamente ou preferencialmente, dependendo da função – diplomas em medicina veterinária ou agronomia, especialmente os postulantes a diretores de centros regionais, estações experimentais e membros do corpo técnico de Castelar. Após avaliação dos formulários, os candidatos aprovados seriam encaminhados aos respectivos postos, sendo prerrogativa da direção a exigência, em qualquer momento, dos títulos declarados^[41].

Em março de 1958, Arturo Frondizi, o candidato contrário à organização do instituto, venceu o pleito presidencial. No INTA, residia a dúvida entre levar adiante a organização ou deixá-la a cargo do novo governo, sob o risco de Frondizi desmontar aquilo que considerava ser um “monstro burocrático de la Revolución Libertadora^[42]”. A Direção-Geral e Conselho Diretivo decidiram pela primeira alternativa, tratando com urgência da continuidade do processo de organizar o instituto por meio da contratação de funcionários, desta vez com pesquisadores, técnicos e extensionistas^[43], com vistas a entregar a instituição acomodada ao novo presidente e de inviável desarticulação. Até 1º de maio de 1958, dia da posse de Frondizi, o INTA assistiu a uma inundação de profissionais destinados a ocupar cargos em todas as funções na atividade de pesquisa e extensão em toda a Argentina, abrangendo a totalidade dos centros regionais de pesquisa e do Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias de Castelar (Quadro 4 e 5).

Quadro 4

Funcionários admitidos nos Centros Regionais de Pesquisa entre fevereiro a abril de 1958.

Centro Regional	Técnicos	Pesquisadores	Extensionistas	Total
Pampeano	174	33	19	226
Chaqueño	27	4	1	32
Patagónico	16	0	0	16
Noroeste	38	8	5	51
Mesopotâmico	64	11	4	79
Andino	30	11	3	44
Rionegrense	11	5	3	19
Total Geral	360	72	35	467

Fonte

Quadro 5

Funcionários admitidos nos institutos de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias de Castelar entre fevereiro a abril de 1958.

Instituto de Pesquisa	Pesquisadores	Técnicos	Total
Fitotecnia	14	14	28
Botânica	12	3	15
Microbiologia	12	5	17
Patologia Vegetal	22	4	26
Solos	30	4	34
Engenharia Rural	4	4	8
Biologia Animal e Febre Aftosa	9	10	19
Patologia Animal	7	7	14
Zoonoses	4	2	6
Total Geral	114	53	167

Fonte: BINTA - Chile. Centro de Documentación. Gaceta del Inta, 1958, n. 4-7.

Se incluirmos os diretores-gerais, diretores-assistentes e diretores de estação experimental à soma do total geral das duas tabelas, chegamos a 667 funcionários designados ao trabalho com pesquisa e extensão nos Centros Regionais e em Castelar, entre fins de 1957 e a posse do novo presidente, em maio. Mesmo levando em consideração o fato de muitos deles advirem dos quadros ministeriais, a quantidade de funcionários nesse espaço de tempo chama ainda mais a atenção quando comparada ao número de pesquisadores e técnicos existentes no Ministério da Agricultura em 1954 (Quadro 6), quase três vezes maior.

Quadro 6

Centros de pesquisa, institutos e estações experimentais do Ministério da Agricultura da República Argentina e o total de pesquisadores alocados em 1954.

Centro de Pesquisa	Institutos/E.E.*	Pesquisadores/Técnicos	% Total
Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária	6	146	62,2%
Região Andina	1	16	6,8%
Região Pampeana	12	45	19,1%
Região Correntino/Missionero/Chaquería	7	12	5,1%
Região Patagônica	3	6	2,55%
Região Tucumana/Salteña	3	10	4,25%
Total		235	100%

Fonte: León e Losada, 2002, Ob. Cit., p. 82.

* EE Estações Experimentais

* E.E.: Estações Experimentais.

Ao observarmos tal distribuição, podemos mais uma vez constatar o peso da zona pampeana na agricultura argentina e o esforço do INTA em realizar as atividades de pesquisa nessa área, com o objetivo de recuperar o cultivo da principal zona produtora. A concentração de funcionários é mais que evidente. Em relação aos diretores (geral, assistentes e de estações experimentais), 18 foram para essa região, com destaque para o centro de Castelar, cuja quantidade de diretores foi de 9. Se avaliarmos o número de pesquisadores, vemos que a região pampeana, em suas estações experimentais e no centro nacional, concentra 147 dos 186 investigadores; da mesma forma os profissionais extensionistas: 19 ante um total de 35. Quanto aos técnicos de pesquisa e extensão rural, pouco menos de 50% de todo o montante – 360 – tinha como base de atuação a área. Todavia, cabe ressaltar que a *región pampeana*, além de ser o coração agropecuário argentino, era e ainda é a zona mais densamente ocupada, concentrando as maiores cidades, fato que também condicionava decisivamente a concentração das atividades do INTA.

Mesmo desempenhando uma função de suporte às atividades de investigação e extensionismo, os cargos técnicos ocupavam uma importante posição, por muitas vezes serem o elo entre o produtor e o instituto, especialmente na extensão. Em um primeiro momento, era também nesse setor que mais se via a presença feminina no contexto institucional. Das 82 técnicas aprovadas até abril, 64 eram extensionistas, cuja maioria era composta por professoras voltadas para ação junto ao lar das famílias rurais (*hogar rural*), e não com a difusão de técnicas de produção propriamente ditas. Ademais, outras vinte e cinco foram contratadas para atuarem como pesquisadoras nos centros regionais e em Castelar. Cabe ressaltar que, além dos números descritos acima, foram contratados funcionários para desempenhar funções administrativas na sede do INTA, na cidade de Buenos Aires. Todavia, como não estavam diretamente relacionados com a atividade de pesquisa e extensão, terminamos por desconsiderá-los em nossa contagem. Ademais, houve

a convocação de concurso para arquitetos, projetistas, contadores e engenheiros civis para a reparação e construção de novos centros de pesquisa e estações experimentais, e a contratação de pessoal para o setor administrativo e contábil^[44] ^[45].

Quando da chegada de Frondizi à Casa Rosada, o INTA estava definitivamente consolidado. Em julho de 1958, Bernardo Horne, escolhido para ocupar a pasta da Agricultura e Pecuária, externou em conferência a expectativa do ministério frente ao instituto. Na fala do ministro, observa-se um tom que, mesmo protocolar, anuncia sua confiança na ação do novo organismo:

Aspiramos a que I.N.T.A., como organismo específico de la Secretaria de Estado de Agricultura y Ganadería, desarrolle en todas las regiones del país una intensa labor y aplique los medios humanos y materiales de que dispone el estudio consciente, profundo y eficaz de todos los problemas que se vinculan con la ciencia y con las investigaciones aplicadas, y sabemos que esa organización, con el aporte de la experiencia surgida de las necesidades de la práctica, habrá de responder a la confianza con que se encara su acción^[46].

O engenheiro agrônomo Horacio Giberti^[47] foi escolhido pelo governo constitucional como novo representante do Ministério da Agricultura frente ao INTA e ocupante da presidência do Conselho Diretivo, destacando-se o seu histórico de estudos sobre a agropecuária argentina, especialmente sobre os seus aspectos econômicos^[48]. Inicialmente, foi-lhe oferecido o cargo de diretor-geral, o qual recusou por seu caráter puramente técnico. Terminou como representante ministerial do Conselho Diretivo, posição que, de acordo com a lei de criação da instituição, conferia-lhe a presidência do mesmo. Norberto Ras, indicação de Giberti, foi o segundo representante do ministério, ocupando a vice-presidência do conselho. Em 1959, Ubaldo Garcia, que até então exercia o cargo de diretor-assistente em pesquisa agrícola, passa a desempenhar a função de diretor-geral^[49].

Horacio Giberti iniciou a sua presidência em um contexto adverso. Em seu primeiro discurso oficial, observa-se a adoção de um tom contemporizador, descrevendo o cenário de crise deflagrada pelo esgotamento da produção pampeana, pela marginalização das demais regiões produtoras e problemas por elas enfrentados, pela queda da produtividade frente a outros países, além de apontar aqueles que consideram o avanço tecnológico no campo como algo “burocrático” ou “libresco”. Em sua explanação, destacava-se o fato de que a produção rural moderna se assemelhar cada vez mais à atividade industrial, não havendo mais espaço para “empirismos, rutina e improvisación”. Apelando a uma abordagem conciliadora, Giberti afirma que os objetivos da instituição seriam alcançados por meio de sua integração: “*aunque parezca redundante habrá de aclararse que el progreso tecnológico no se debe a um solo fator; resulta de la compleja interacción de muchos*”^[50]..

Continuando em sua defesa, o novo presidente defende que o aprimoramento da produção através da tecnologia compreendia a participação de recursos provenientes dos mais diversos campos,

integrando as demandas regionais a uma coordenação abrangente. Para exemplificar sua pretensão, Giberti faz alusão à experiência dos milhos híbridos nos EUA:

se considera, por ejemplo, que los maíces híbridos significaron la base del adelanto norteamericano en ese cultivo. Pero poco hubieran logrado sin un manejo racional del suelo que impidiera su erosión o agotamiento; sin herbicidas ni abonos capaces de permitir que se manifestara en toda su amplitud la capacidad productiva de las plantas; sin máquinas que posibilitaran la recolección o defensa económica y oportuna de los cultivos; sin normas de administración rural capaces de individualizar la combinación más eficiente de los factores productivos, y sin amplia divulgación de todos los adelantos señalados [51].

O discurso de Giberti, principalmente no que tange à integração das atividades, aponta ao fato de a criação do INTA se inserir em um ponto nevrálgico da evolução da agricultura argentina, especialmente da região pampeana. Compreendendo o processo enquanto a sucessão de quatro etapas – centradas na aplicação de técnicas agrônômicas de cultivo e produção, mecanização agrícola, uso de sementes híbridas e agroquímicos – a atuação do instituto acelerou-as decisivamente e serviu de gatilho para as etapas de sementes híbridas e fertilizantes, empreendimento que demandava maior esforço técnico em pesquisa e extensão, integrando às duas primeiras etapas, desenvolvidas desde os anos de 1940 por meio da atuação do Ministério da Agricultura e de sua reestruturação institucional, e através do esforço para a retomada da mecanização agrícola com Perón [52].

Após meses de ação ininterrupta, com vistas à sua organização permanente, o INTA chega, ao fim de 1958, consolidado. Conforme noticiado pela Gaceta Del Inta, em dezembro, quando da cerimônia de nomeação para novos cargos no Conselho Diretivo, o então ministro da agricultura e pecuária, Bernardino Horne, expressou “*su Fe en las actividades del INTA, que tendría el pleno apoyo del gobierno en la vasta obra que debía realizar ese organismo para impulsar, por medio de los conocimientos y difusión de los recursos tecnológicos, la economía agropecuaria nacional*” [53]. Em mensagem de fim de ano aos funcionários, Giberti destacou a intensidade do trabalho realizado ao longo de 1958, com a finalidade de concretizar os planos e desenvolver as atividades com a estrutura disponível, fazendo, mais uma vez, menção à necessidade de trabalho conjunto para o sucesso das realizações no ano vindouro [54]. Após contratações de funcionários e autorização para a construção de novas estações experimentais e agências de extensão, o INTA termina o seu primeiro ano de exercício permanente em pesquisa e extensão com um centro nacional de pesquisa formado por dez institutos, sete centros regionais, trinta e seis estações experimentais e oitenta e seis agências de extensão espalhadas por todo o país. Ao compararmos com o corpo existente anteriormente, defrontamo-nos com uma estrutura mais robusta, consolidada e atinente ao objetivo declarado de recuperar e expandir a produção agropecuária pampeana e nas demais regiões do país.

Construindo versões: os diários argentinos e a fundação do INTA

A criação do INTA também reverberou nas páginas dos principais diários do país. Cinco jornais de grande circulação noticiaram o fato, La Razón, La Prensa, Clarín, La Nación e El Mundo, todos sediados em Buenos Aires e de alcance nacional. O vespertino La Razón foi o primeiro a noticiar, já no dia 6 de dezembro de 1956^[55]. A cobertura realizada por esses periódicos baseou-se em entrevista coletiva concedida por Alberto Mercier para o anúncio da criação da nova instituição que, segundo a sua fala, constituía-se em um “*organismo oficial creado para los productores, financiado por los productores y administrado com la participación de los productores*”^[56]. O caráter autárquico do instituto foi destacado como fundamental para a realização das atividades ao eliminar as influências de possíveis transformações políticas, concedendo a ele uma direção puramente técnica e viabilizando o planejamento a longo prazo. Previasse o pagamento de bons salários aos técnicos e pesquisadores e um comportamento voltado à diminuição da burocracia, com uma previsão de gastos com a administração central em 5% do orçamento, destinando o restante para o interior do país. A própria manchete já evidenciava tal premissa, com ênfase no auxílio ao produtor e aumento da produtividade, e na promessa da dotação de 95% dos recursos ao interior argentino.

O diário La Prensa, publicado em 7 de setembro, baseou sua abordagem a partir da fala do ministro e da análise do texto da lei, realizando uma descrição puramente factual. Destaca-se no texto, entre outras características, a assistência “técnica y cultural” ao produtor rural e sua família, o melhoramento da comunidade em que está inserido e as ações de fomento necessárias à aplicação e difusão dos frutos das pesquisas realizadas. A abordagem feita pelo Clarín, por sua vez, seguiu o perfil do La Prensa, sendo ainda mais econômico em sua exposição, ao notificar o acontecido com uma breve descrição da organização do instituto, destacando, mais uma vez, a autonomia concedida pela instituição de uma autarquia e a influência do plano de recuperação econômica em sua criação^[57].

Já o La Nación tratou o assunto de forma ampliada, dando ênfase à fala do ministro, na qual se expõe as “condições precárias” em que as “atuais autoridades governamentais” encontraram a Nação nas áreas de transportes, petróleo, energia e produção agropecuária, e a necessidade de “modificar ou constituir” os organismos para a alteração dessa realidade. O jornal ainda descreve que algumas medidas realizadas pelo governo, como o estabelecimento de preços mínimos, tiveram ampla repercussão no campo e levaram ao aumento das áreas cultivadas, mas são insuficientes para o completo restabelecimento da saúde financeira da nação. De acordo com Mercier, a produção agropecuária argentina havia chegado a um limite, e a expansão de sua produção e seu reordenamento somente seriam possíveis por meio de pesquisa e experimentação:

El área agrícola-ganadera (...) fácilmente aprovechable con los recursos actuales está prácticamente colmada. La única solución inmediata es, pues, la incrementación de los rendimientos unitarios agrícolas y la de la receptividad ganadera. Debe inspirarse (...) la intensificación en un concepto económico-realista, por cuanto nuestros productos deben colocarse en el mercado internacional en competencia con los de países más evolucionados. Es respondiendo a tales objetivos y considerando que es primordial responsabilidad del Ministerio encauzar la política económica agropecuaria nacional y la orientación tecnológica más adecuada, que ha sido creado el Instituto [58].

O diário El Mundo realizou uma cobertura detalhada sobre a fundação do INTA, informando já na primeira página, no topo e em letras garrafais: “*destinanse 300 millones para La creación del Instituto de Tecnología Agropecuaria*”. A abordagem ali realizada caracteriza-se por uma narrativa de perspectiva enfática e avaliativa. De início, descrevem como “*transcendente medida del Gobierno Provisional*” a criação do novo organismo e que iniciará suas funções “de imediato”. O seu caráter autárquico, a efetiva participação dos produtores e a justa remuneração ao corpo técnico aliados à ação do ministério definem, segundo a publicação, sua originalidade. Em páginas seguintes, a edição de El Mundo dedica mais um espaço para o feito, centrando-se no conteúdo da entrevista coletiva dada pelo ministro e demais diretores, enfatizando questões relativas ao serviço de extensão, mecanização agrícola e participação do produtor na administração [59].

Em 10 de dezembro, o mesmo diário dá continuidade à abordagem feita dias antes, dedicando espaço em seu editorial para retomar algumas características, como a autonomia institucional e o corpo técnico, além de enaltecer a ação do governo federal, colocando-o como grande responsável pela iniciativa:

el gobierno de la Revolución, tras amplios y exhaustivos estudios y la compulsa de opiniones caracterizadas, oficiales y privadas, así como nacionales y de la C.E.P.A.L., ha procedido a la creación de este organismo bajo la denominación de Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, encomendándole un decidido impulso a la investigación, experimentación y extensión agropecuarias [60].

Em contraposição, destaca “El inexplicable abandono” da modernização agrícola argentina na década anterior, durante o governo de Perón, o que levou a um depauperamento da produção e ao “triste privilégio” de o campo argentino ser classificado como o “mas sucio del mundo”, onde as pragas crescem paralelas aos grãos. Em relação à pecuária, o texto aponta que até mesmo a Nova Zelândia, um país que segundo o jornal não se destaca por ser o mais adiantado nesta matéria, possui uma produtividade maior de carne por hectare do que a Argentina. Por fim, realiza uma efusiva defesa da fundação do INTA, alegando a necessidade de se manter uma postura contínua para a modernização rural e sua importância para a agricultura e economia do país:

La fuente principal de las divisas, por las características propias de nuestro país, será siempre la misma: el campo. Pero habrá que transformar su explotación, tecnificándola, haciéndola más productiva, progresista y económica. El sencillo método de extender las explotaciones agropecuarias ya no sirve (...) La solución está,

pues, en la acción del instituto autárquico, dotado de abundantes recursos, libre de los vaivenes de la política y con amplia autonomía funcional y administrativa, que acaba de crearse y del que se espera la transformación de los campos argentinos, tarea absolutamente imprescindible. Según una opinión autorizada, es esto lo más trascendente que se ha hecho en la materia desde la reforma del Ministerio de Agricultura por el ministro Le Breton ^[61].

A análise dos periódicos permite-nos perceber a narrativa construída em torno da criação do INTA enquanto um elemento fundamental da disputa pela memória do referido período político, no qual a abordagem jornalística contribui para a construção de uma versão destinada não somente em enaltecer os feitos do governo de então, mas também de desconsiderar o que foi realizado anteriormente. Conforme discutido, o estabelecimento da instituição guarda relação com transformações promovidas no ambiente institucional da pesquisa agrícola argentina, com alterações que encampavam do setor extensionista ao de pesquisa e que, independentemente de sua dimensão, apontam para um caminho anterior ao iniciado com o golpe de 1955.

Entretanto, a versão construída nas páginas dos jornais promove o contrário. Mesmo havendo uma clara diferença na repercussão do fato e no espaço dedicado nos diferentes diários, ao olharmos atentamente para o conjunto das coberturas jornalísticas feitas no momento, encontramos alguns pontos comuns e características mais destacadas. O plano de reajuste econômico elaborado por Raul Prebisch, a estrutura autárquica e a autonomia do instituto – com uma fonte de recursos exclusiva e liberdade para o investimento em pesquisa e experimentação, atuando contra a excessiva burocracia – são de longe os aspectos mais salientados. A atenção voltada aos produtores, “abandonados por tanto tempo”, segundo o editorial do El Mundo, também é chamativa. Podemos aferir que a discussão feita aponta o INTA como espaço dos e para os produtores agrícolas, que administrariam conjuntamente a instituição e para quem se destinaria a ação institucional. Ademais, destaca-se em algumas matérias a valorização do técnico e pesquisador, bem como a necessidade de incrementar a produção.

Logo, podemos afirmar que, longe de uma pretensa imparcialidade, a cobertura jornalística promovida revela o desejo de soterrar o peronismo, colocando a criação do INTA como objeto de uma nova realidade, atinente não somente às mudanças que então desejava-se promover, mas também se opondo a personagens e a um passado entendido como algo a ser superado. O destaque às indicações de *Prebisch* serviam com defesa das ações governamentais, que atuavam para sanar a crise – fruto, segundo eles próprios, do período peronista. A abordagem se construiu e ainda se constrói em torno das recomendações do economista, as quais se tornaram fundamentais para a construção da memória de fundação do INTA. Mesmo sendo decisivo no período para a organização do instituto, essa participação não deve ser avaliada sem as devidas ressalvas. Observa-se o enaltecimento das medidas indicadas por Raul Prebisch em seu relatório, como se dele partisse a ideia original do instituto, e que as medidas tomadas anteriormente foram inócuas ou inexistentes. Ademais,

a ênfase no cenário de crise no setor produtivo e que impactava a região pampeana, o coração agrícola do país, atua como linha auxiliar da ideia de que as premissas existentes no *plan Prebisch* foram, por si somente, responsáveis pela criação do INTA. Entretanto, cabe ressaltar que, além do fato de apontar para a postura econômica do governo que sucedeu o golpe civil-militar de 1955, o relatório de *Prebisch* também se revela como instrumento anti-peronista, indicando as falhas e equívocos cometidos desde 1943 e que, segundo a sua análise, foram responsáveis por colocar a Argentina em uma situação de crise.

Considerações finais

A criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária em 1956 indicava para um novo tempo da agricultura argentina, com uma instituição pautada em novas bases de ação pública governamental, como a autonomia financeira e organização paralela aos órgãos ministeriais, que serviria para orientar as atividades no setor de ciência e tecnologia agrícola a partir de então, abrindo as portas do campo argentino para os impactos e transformações provenientes da Revolução Verde. Criado a partir das recomendações feitas ao governo que surgiu do golpe de Estado de 1955, a instituição tinha por finalidade solucionar um problema crônico e que se arrastava por décadas, mas cujas propostas de soluções distanciavam-se de unanimidades. Tal fato se expressa na iniciativa da criação e na rapidez com que se deu sua organização, visto a chance de vitória nas eleições dos detratores daquilo que consideravam ser um “monstro burocrático” e mais um órgão a onerar os cofres públicos. A pronta estruturação observada até a posse de Frondizi tinha por objetivo tornar o seu desmonte inviável e também aponta para a convergência no diagnóstico do problema na agropecuária argentina acompanhado de falta de consenso quanto aos caminhos a serem percorridos para a sua solução, apontando para a importância das coalizões estabelecidas, mas também para o proveito da oportunidade de organização quando surgida.

Pode-se constatar que a formação de seu instituto de pesquisa agropecuária se relaciona com uma proposta do resgate de uma capacidade produtiva outrora responsável pelo avanço econômico e social que fez com o que o país se tornasse a nação latino-americana mais desenvolvida, mas que havia se perdido desde os anos de 1930 e se colocava como empecilho para a industrialização que se desejava realizar. O projeto de modernização defendido e materializado com a criação do INTA ocorreu nas bases produtivas existentes, privilegiando-se os cultivos para a exportação, especialmente grãos, cereais e gado, e baseado na estrutura caracterizada pela *estancia ganadera*. *chacra agrícola*. A intensão de resgate também se revelou no privilégio dado ao restabelecimento da produção na região pampeana, zona que havia sido o motor da prosperidade no passado e que se encontrava em uma situação marcada pela estagnação e declínio de seus principais itens de produção.

A queda da produção e da produtividade da região pampeana se explica pelo descompasso com os países concorrentes, principalmente no tocante

à adoção de tecnologias para o campo que tornassem os cultivos mais produtivos, mas também por eventos vinculados ao contexto da Segunda Guerra Mundial. O boicote imposto pelos EUA determinou uma restrição importante quanto ao alcance da economia argentina em âmbito mundial, por limitar a entrada de insumos importantes, assim como ao impor obstáculos para que sua produção agropecuária atendesse a um mercado em recuperação no pós-guerra. A política nacionalista defendida por Perón se colocava como fator adicional ao descontentamento dos EUA, que buscava desestimular ações nesse sentido. A ênfase dada pelo peronismo à industrialização e ao mercado interno encontrava na estagnação da produção agropecuária os limites para a sua expansão. Ainda em seu governo, podemos observar atitudes com vistas a promover melhorias técnicas no campo argentino, como reformas realizadas na estrutura do Ministério da Agricultura e a expansão da capacidade de pesquisa. Todavia, a iniciativa se revelou insuficiente ante a limitação de se construir acordos de parceria com os detentores do conhecimento e da tecnologia, no caso, os EUA, que enxergavam com contrariedade qualquer esforço conjunto com Perón, além de enxergarem na negativa uma forma de enfraquecê-lo.

O golpe de 1955, autointitulado “*Revolución Libertadora*”, foi responsável por colocar um fim nas aspirações nacionalistas existentes sob Perón e alinhar definitivamente a Argentina à esfera de influência estadunidense na Guerra Fria. O novo governo assinalava o período anterior como excessivamente intervencionista, burocrático e corrupto, e buscou diversas formas de expurgar o seu legado do contexto político e econômico nacional. O *Plan Prebisch*, conjunto de medidas recomendadas pelo economista Raul Prebisch para o novo governo, tinha como meta a adoção de planos que recuperassem a economia argentina, especialmente sua produção agrícola, superando a experiência do período peronista. A instituição de um organismo dedicado à pesquisa agropecuária foi uma das principais sugestões do plano como caminho para elevar a receita proveniente do setor agrário-exportador, com um modelo institucional marcado pela autonomia e descentralização administrativa. A ênfase na autarquia, na organização de um instituto público avesso à burocracia, também indica o desejo de contrapor-lo ao governo de Juan Domingo Perón. Ao analisarmos as reportagens que noticiavam o fato, observa-se a intenção de se colocar o INTA como a antítese do que ocorria no período enquanto organismo de Estado, apontando para uma nova forma de se administrar a máquina pública. Além do mais, o relevo dado à participação da classe produtora indica a tentativa de trazer para o centro do debate político uma categoria que havia feito forte oposição a Perón e teve atuação decisiva em sua derrocada.

Por fim, cabe salientar que, para além de uma dinâmica relacionada estritamente a fatores internos, o estabelecimento do INTA se deu em moldes muito semelhantes às das experiências promovidas pela Fundação Rockefeller e Fundação Ford na América e na Ásia. Mesmo levando em consideração o fato de resultados que garantiriam ao avanço da produção

de cultivos como o trigo, arroz e milho a alcunha de “Revolução Verde” serem observados de forma nítida ao longo dos anos de 1960 e 1970, podemos afirmar que o *Plan Prebische* a criação do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária* representam o desembarque desse sistema na Argentina ainda nos anos de 1950, antes de sua consagração definitiva.

Notas

[1] Como referência, basta citar o fato de que entre 1912 e 1939, a Grã-Bretanha figurava entre os cinco países que mais consumiam produtos argentinos no mundo, ao passo que a Argentina no mesmo período, com exceção dos anos de 1917, 1919 e 1922, esteve entre os cinco principais destinos das mercadorias britânicas, conforme apontado em: Escude, Carlos, “La política de Gran Bretaña y los EE.UU. hacia Argentina durante la década del '40”, *Revista de Historia de América*, N° 106, Ciudad de México, jul./dez. 1988, pp. 7-47.

[2] Perkins, John, *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes, and the Cold War*, Oxford University Press, Nova Iorque, 1997, p. 103.

[3] Shiva, Vandana, *The violence of Green Revolution: Third World agriculture, ecology and politics*, Zed Books, Londres, 1993, pp. 36-37; Perkins, John, 1997, Ob. Cit., pp. 115-117.

[4] Oasa, Edmund, “The political economy of international agricultural research: a review of CGIARS response to criticism of the Green Revolution”, em Glaeser, Bernhard (Org.), *The Green Revolution revisited: critique and alternatives*, Routledge, Nova Iorque, 2011, p. 13-14.

[5] Albornoz, Mario, “Política científica y tecnológica en Argentina”, em *Globalización, Ciencia y Tecnología*, Madrid, 2004, p. 81-83.

[6] Dentre os trabalhos que dialogam com o tema, podemos apontar os trabalhos desenvolvidos por Obschatko, Edith S. de. *La transformación económica y tecnológica de la agricultura pampeana (1950-1984)*. Buenos Aires, Ediciones Culturales Argentinas, 1988. Obschatko, Edith S. de; Piñero, Martín. *Agricultura pampeana: cambio tecnológico y sector privado*, Buenos Aires, Cisea, 1986. Losada, Flora, “Los orígenes del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA): análisis del período 1956-1961”, *Realidad Económica*, N° 210, pp. 21-40, 2005. Lenis, María y Vazquez, Florencia Rodríguez, “Instituciones agronómicas y economías regionales en Argentina: el vino mendocino y el azúcar tucumano (1890-1916)”, *Revista de Agricultura y Historia Rural*, Murcia, 2014, pp. 117-145. Gárgano, Cecilia, “Experimentación científica, genética aviar y dictadura militar en el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (1956-1976)”, *Mundo Agrario*, Vol. 15, N° 28, 2014, pp. 1-31. Gárgano, Cecilia, “Genética vegetal en Argentina. Conformación de un campo de investigación y de un ciclo histórico en la producción y apropiación de conocimiento científico” em Kreimer, Pablo, *Contra viento y marea. Emergencia e desarrollo de campos científicos en la periferia: Argentina, segunda mitad del siglo XX*, Buenos Aires, CLACSO, 2016. Djenderedjian, Julio, “El Estado, presente. Aproximación a las políticas gubernamentales de desarrollo tecnológico, investigación y extensión rural en la Argentina de finales del siglo XIX e inicios del XX”, *Revista de Historia Americana y Argentina*, Vol. 49, 2014. Djenderedjian, Julio, “La apertura al mundo y el mundo rural, doscientos años después”, *Mundo Agrario*, Vol. 17, 2, 16, pp. 1 - 10. Martocci, Federico Carmelo, “O Peronismo e as iniciativas estatais em um espaço produtivo marginal: problemas agroecológicos, economia e burocracia na província de Eva Perón (1951-1955)”, *Antíteses*, Vol. 12, N° 24, 2019, pp. 290-318. além de Fuck, Marcos Paulo, *A co-evolução tecnológica e institucional na organização da pesquisa agrícola no*

Brasil e na Argentina, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

[7]O artigo apresenta alguns resultados provenientes de um período de investigação na Argentina no primeiro semestre de 2017, mediante o convênio CAFP/CAPES existente entre a Universidad de Buenos Aires e Universidade Estadual de Campinas e fazem parte da pesquisa em nível de doutorado realizada junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, sob supervisão da professora Dra. Cristina de Campos.

[8]Lopez, Andres, Sistema Nacional de Innovación y desarrollo económico: una interpretación del caso argentino, Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2000, pp. 148, 1 55.

[9]A escolha por uma política econômica baseada na industrialização também pode ser elencada como um dos motivos para o declínio da agricultura. A título de ilustração, a participação do setor secundário no PIB argentino passa de 18,6%, em 1930, para 23,4%, em 1950, enquanto que o setor agropecuário e silvícola diminuiu de 22,6% para 15,7%, de acordo com: Lopez Andres, 2000, Ob. Cit., pp. 156-157.

[10]Lopez Andres, 2000, Ob. Cit., pp.150, 152-153.

[11]A región pampeana, área geográfica que também contempla partes do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e o território do Uruguai, é a área que concentra as terras mais férteis e cuja posição foi o epicentro da ocupação desde a invasão europeia, no século XVI, sendo ainda atualmente a região mais populosa e desenvolvida. Contempla uma imensa parte do território argentino, compreendendo a quase totalidade da província de Buenos Aires e partes das províncias de Córdoba, Entre Ríos, La Pampa e Santa Fé, estendendo-se por 52.299.700 hectares, dos quais 98,4% são aptos à agricultura. O clima predominantemente temperado e o relevo plano favorecem o plantio de itens como o trigo, o milho e a produção pecuária, de acordo com: Gomez et all., “Delimitación y caracterización de la región pampeana”, em Barski, Osvaldo (Org.), El desarrollo agropecuario pampeano, Grupo Editor Latino Americano, Buenos Aires, 1991, pp. 77-78.

[12]Sábato, Jorge Federico, La pampa prodiga: claves de una frustración, Buenos Aires, Cisea, 1980. p. 16.

[13]Barsky, Osvaldo e Gelman, Jorge, Historia del agro argentino: desde la conquista hasta fines del siglo XX, Buenos Aires, Mondadori, 2005, p. 301.

[14]Escudé, Carlos, Ob. Cit., 1988, p. 27.

[15]Lopez, Andres, 2000, Ob. Cit., pp. 156-158. Fausto, Boris e Devoto, Fernando, Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002), São Paulo, Editora 34, 2004, p. 277.

[16]Os estancieros eram proprietários da estancia ganadera, latifúndio dedicado a invernada do gado e ponto de partida de toda a estrutura produtiva agrícola do país. Representavam a elite política e econômica do país cujo poder se assentava na posse da terra, criação de gado e arrendamento de suas terras para a produção de grãos e cereais.

[17]Lattuada, Mario, La política agraria peronista, Buenos Aires, Centro Editor de Latino America, 1986. Vol. 1, p. 38. Manzetti, Luigi, 1992, Ob. Cit., p. 601.

[18]Lattuada, Mario, 1986, Ob. Cit., pp. 83-84.

[19]Lattuada, Mario, 1986, Ob. Cit., pp. 85-86.

[20]Scheinkerman de Obschatko, Edith, La transformación económica y tecnológica de la agricultura pampeana (1950-1984), Ediciones Culturales Argentinas, Buenos Aires, 1988, pp. 38-39. Barsky, Osvaldo e Gelman, Jorge, 2005, Ob. Cit., p. 315.

[21]Scheinkerman de Obschatko, Edith, 1988, Ob. Cit., pp. 39-42.

[22]León, Carlos e Losada, Flora, "Ciencia y tecnología agropecuarias antes de la creación del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (I.N.T.A.)", Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios, N° 36, 2002, p.72.

[23]Albornoz, Mario, 2004, Ob. Cit., p. 83. Sikkink, Kathryn, "The influence of Raul Prebisch on economic policy-making in Argentina (1950-1962)", Latin American Research Review, V. 23, N° 2, Pittsburgh, 1988, p. 95.

[24]Raul Prebisch era figura de destaque no cenário político e econômico argentino desde os anos de 1920, quando começou a dar aulas na Universidad de Buenos Aires, tendo sido consultor econômico da presidência de Uriburu, diretor-geral do Banco Central (instituição que ajudou a criar), além de ter trabalhado para a SRA e atuado decisivamente na construção do tratado Roca-Runciman. Foi demitido do Banco Central, após o golpe de 1943, e da UBA, em 1948, considerado adversário do peronismo. Partiu para Santiago, onde se tornou diretor-executivo da recém-criada CEPAL (Sikkink, 1988, p. 93).

[25]Sikkink, Kathryn, 1988, Ob. Cit., p. 96. Barsky, Osvaldo e Gelman, Jorge, 2005, Ob. Cit., p. 317.

[26]Losada, Flora, "Los orígenes del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA): análisis del período 1956-1961", Realidad Económica, N° 210, Buenos Aires, 2005, pp. 26-27.

[27]Losada, Flora, 2005, Ob.Cit., p. 28.

[28]Biblioteca del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria – Chile (En adelante BINTA - Chile), Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 3-4.

[29]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Boletín informativo N°. 1. Una etapa de las realizaciones del I.N.T.A., Fs. 13.

[30]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 5-6.

[31]A estação experimental era entendida como organismo básico do trabalho institucional, "donde con la mayor frecuencia y asiduidad posible conviven experimentadores y extensionistas para discutir sus problemas comunes" (INTA, p. 13, 1959).

[32]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 3-4.

[33]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 5.

[34]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 5-6.

[35]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Texto oficial del decreto ley N° 21.680/56 que crea el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria modificado por la ley N° 15.429, Fs. 6.

[36]Durlach, Augusto, El INTA en la bibliografía, INTA, Buenos Aires, sem data, p. 5.

[37]Losada, Flora, 2005, Ob. Cit., p. 30.

[38]Losada, Flora, 2005, Ob. Cit., pp. 30-31.

[39]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, 7/4/1958, p. 2.

[40]Para comunicar e tornar públicas as resoluções do Conselho Diretivo e da Diretoria Geral, bem como as medidas e instruções de caráter administrativo, criou-se a “Gaceta Del Inta”, de periodicidade semanal e cujo primeiro número foi publicado em 7 de abril de 1958. Os primeiros volumes tratavam de assuntos retroativos, abordando desde as primeiras deliberações após a organização definitiva do instituto. Na proposta do periódico, podemos enxergar sua criação como mais uma atitude de dotar o INTA de ferramentas que o consolidassem definitivamente enquanto instituição pública.

[41]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, 7/4/1958, pp. 6-9.

[42]Losada, Flora, 2005, Ob. Cit., p. 31.

[43]A organização do quadro de funcionários do INTA tinha como função mais elementar o cargo de técnico ayudante, dividido entre trabalhadores especializados sem título profissional e aqueles com alguma formação, mas sem diploma universitário. Ocupando um nível intermediário estava o técnico auxiliar, relativo aos que possuíam título universitário e, por fim, os cargos de investigador e extensionista, profissionais com formação superior e responsáveis por conduzir os planos de trabalho, ocupando o topo da pirâmide organizacional do INTA. No texto, traduzimos o termo investigador para “pesquisador”, sendo este o responsável por coordenar a atividade de pesquisa. Mantivemos o termo extensionista, cuja responsabilidade era a de organizar a extensão rural, e reunimos as categorias técnico ayudante e técnico auxiliar ao vocábulo “técnicos”, com vista à simplificação da narrativa e por entendermos que ambos desempenhavam uma função de suporte a atividades centrais, apesar da distinção presenciada em muitos casos no aspecto da formação acadêmica.

[44]Mesmo com as contratações, o INTA sofreu nos primeiros anos com o alto número de demissões voluntárias, que chegaram a 158 entre os anos de 1958 e 1959. Boa parte disso era provocada pelas melhores condições salariais oferecidas pela iniciativa privada e pela incapacidade do instituto de reajustar os salários dos funcionários, não somente para compensar a disparada da inflação, mas também conceder algum ganho real. A título de ilustração, o poder aquisitivo do salário de um pesquisador ou extensionista em início de carreira havia declinado em 46,5% entre julho de 1957 e dezembro de 1959 (CEPAL; IICA, 1960, p. 15).

[45]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, 21/4/1958, pp. 2 e 10.

[46]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Secretaria de Estado de Agricultura y Ganadería de la Nación, Discursos del Doctor Bernardino C. Horne sobre política agropecuaria: mayor producción diversificada y abaratada en sus costos para bienestar del pueblo argentino. Buenos Aires, 1958.

[47]Horacio Giberti havia sido assessor da Sociedad Rural Argentina e a hipótese de ter sido escolhido para a direção do instituto em virtude de sua produção foi confirmada pelo próprio em entrevista concedida a Flora Losada, especialmente os trabalhos publicados na revista Review of the River Plate, de acordo com Losada, 2005, Ob. Cit., p. 32.

[48]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, p. 151, 26/5/1958.

[49]Losada, Flora, 2005, Ob. Cit., p. 32.

[50]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, p. 151, 26/5/1958

[51]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, p. 152, 26/5/1958.

[52]Scheinkerman de Obschatko, Edith e Piñero, Martin, Agricultura pampeana: cambio tecnológico y sector privado, Cisea,Buenos Aires, 1986. Scheinkerman de Obschatko, Edith, 1988, Ob. Cit., p. 28.

[53]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, p. 357, 9/12/1958.

[54]BINTA – Chile, Centro de Documentación, Gaceta del Inta, p. 374, 22/12/1958.

[55]Barragan, Carlos Raúl, “El nacimiento del INTA en los diarios de la época”, INTA Boletín, N°. 386, Buenos Aires, 5 de dezembro de 2016, p. 1.

[56]Hemeroteca de la Biblioteca Nacional Mariano Moreno de la República Argentina (En adelante HBNA), Diario La Razón, 6/12/1956, p. 2.

[57]HBNA, Diario Clarín, 7/12/1956, p. 5.

[58]HBNA, Diario La Nación, 7/12/1956, p. 1.

[59]HBNA, Diario El Mundo, 7/12/1956, p. 8.

[60]HBNA, Diario El Mundo, 10/12/1956, p. 2.

[61]HBNA, Diario El Mundo, 10/12/1956, p. 2.